

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO PEDAGÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO

PATRÍCIA TEIXEIRA MOSCHEN LIEVORE

**GESTÃO ESCOLAR E DEFICIÊNCIA VISUAL: UMA PROPOSTA DE
FORMAÇÃO**

VITÓRIA
2020

PATRÍCIA TEIXEIRA MOSCHEN LIEVORE

**GESTÃO ESCOLAR E DEFICIÊNCIA VISUAL: UMA PROPOSTA DE
FORMAÇÃO**

Proposta de produto educacional apresentada ao Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Orientador: Prof. Dr. Douglas Christian Ferrari de Melo

VITÓRIA
2020

SUMÁRIO

1 – DADOS DO PROJETO.....	3
2 – EQUIPE EXECUTORA	3
3 – RESUMO DO PROJETO	4
4 – DADOS COMPLEMENTARES DO PROJETO	5
5 – DESENVOLVIMENTO DO CURSO.....	11
6 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	18
REFERÊNCIAS	19

1 DADOS DO PROJETO			
TÍTULO: O GESTOR ESCOLAR FRENTE AOS DESAFIOS DA ESCOLARIZAÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL			
NOME DO CURSO: CURSO DE EXTENSÃO EM GESTÃO E DEFICIÊNCIA VISUAL			
ÁREA DO CONHECIMENTO (CNPq): Ciências Humanas		SUB-ÁREA DO CONHECIMENTO (CNPq): Pedagogia – Educação Especial	
NÚMERO DE VAGAS: 40		CARGA HORÁRIA: 40 horas	
PÚBLICO ALVO: Gestores escolares, pedagogos, professores, membros de Conselhos de Escola e técnicos da Secretaria Municipal de Educação de Colatina			
2 EQUIPE EXECUTORA			
TITULAÇÃO	NOME	VÍNCULO	FUNÇÃO NO PROJETO
Mestre	Patrícia Teixeira Moschen Lievore	UFES	Docente
Doutor	Douglas Christian Ferrari de Melo	UFES	Coordenador e docente

3 RESUMO DO PROJETO

O presente projeto apresenta-se como uma proposta de formação para gestores escolares acerca da Educação Especial, suas políticas, financiamento, sua relação com a Gestão democrática e suas implicações e especificidades de recursos a serem utilizados no processo de escolarização dos alunos com deficiência visual. Para a construção do curso foi realizada uma pesquisa etnográfica em duas escolas públicas que atendem alunos com deficiência a fim de investigar as reais necessidades dos gestores escolares. Com o estudo, concluímos que os gestores escolares carecem de formações que permitam maior compreensão do financiamento e políticas públicas destinadas aos alunos público-alvo da Educação especial a fim de entenderem o funcionamento da gestão pública, podendo utilizar melhor esses recursos e, também, exigir os direitos desses alunos.

4 DADOS COMPLEMENTARES DO PROJETO

JUSTIFICATIVA

Diante do desafio que se apresenta à escola pública, de garantir uma educação para todos, destacamos a importância do gestor escolar, como uma liderança capaz de mobilizar a comunidade escolar por meio do seu conhecimento a respeito das políticas públicas educacionais para contribuir com a redução das dificuldades e carências que as escolas públicas têm enfrentando, no que diz respeito à inclusão do público-alvo da Educação Especial.

Temos o costume de remeter a responsabilidade pela eficácia ou não do trabalho pedagógico, quase que exclusivamente, ao professor e esquecemo-nos da importância do papel do gestor escolar que não é somente burocrático ou administrativo, mas que tem como objetivo principal o processo educativo do aluno.

Para tanto, destaco a necessidade de uma formação consistente que dê suporte à atuação do gestor escolar, a fim de que esse possa desempenhar esse papel pedagógico. Os dados nos revelam que essa necessidade não tem sido levada em consideração, tanto na formação inicial, como na formação continuada dos professores e pedagogos que exercerão os papéis de gestores.

Os dados obtidos com o questionário da Prova Brasil 2017 sobre a formação dos gestores escolares indicam que 41% dos gestores escolares possuem formação em Pedagogia, 49% em outras licenciaturas, 7% ensino superior em outras áreas e 3% ensino médio (Magistério e outros) (QEDU, 2017).

Uma forma de preencher algumas das possíveis lacunas oriundas da formação inicial seria oferecer aos futuros gestores escolares uma formação continuada que contemplasse as problemáticas e as necessidades atuais das escolas brasileiras. Mas observamos que, embora existam formações para gestores, as mesmas não têm contemplado as atuais necessidades da atuação dos mesmos no cenário escolar.

A formação voltada para atuação dos gestores ainda não é uma realidade, pois, no mesmo questionário da Prova Brasil de 2017, foi perguntado aos gestores escolares se eles possuem formação específica para trabalhar com estudantes com deficiência

ou necessidades especiais e 79% dos gestores responderam que não possuem essa formação (QEDU, 2017).

É necessário que os responsáveis pela administração escolar, e até mesmo os professores, construam uma consciência crítica da realidade social, capaz de torná-los capacitados, constituindo assim uma administração escolar verdadeiramente comprometida com a transformação social.

Para tanto, precisamos pensar em uma formação que seja capaz de levar o gestor escolar a fazer uma ligação entre a teoria e a prática, realizando leitura da realidade política e social em que a escola está inserida, a fim de levá-lo a questionar esse contexto, que precisa ser transformado, por meio da sua ação. Intenta-se, assim, criar um movimento de resistência aos mecanismos que querem reduzir a escola apenas a uma instituição de formação de mais mão de obra para o sistema capitalista.

Considerando a problemática que envolve a atuação do gestor escolar, cabe questionar: **Qual tipo de formação continuada atenderia às demandas vivenciadas pelos gestores escolares, no cotidiano escolar, em relação à escolarização dos alunos com deficiência visual?**

OBJETIVO GERAL

Despertar na comunidade escolar consciência crítica em relação à atuação do Estado referente às políticas públicas destinadas à escolarização dos alunos com deficiência visual, criando condições de que os mesmos possam atuar na transformação do espaço escolar, através de sua participação, acompanhamento, bem como da reivindicação de seus direitos junto aos governantes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer a educação das pessoas com deficiência visual: discutir sobre metodologias, recursos e tecnologias disponíveis no mercado para a escolarização das pessoas com deficiência visual;
- Apresentar as atuais políticas públicas e programas destinados aos alunos com deficiência visual;
- Debater sobre a atual realidade do financiamento da Educação Especial;

- Discutir sobre a importância da gestão democrática para que a escola seja um espaço de emancipação humana para todos e;
- Aprofundar o estudo sobre o Projeto Político-Pedagógico e sua importância para a construção de uma escola para todos.

QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

No campo da Educação Especial, as políticas públicas educacionais foram sendo construídas a fim de garantir o acesso e a permanência do aluno com deficiência na escola. Hoje, os grupos sociais não lutam apenas pelo acesso, que já está garantido pela legislação, mas lutam para que os estudantes público-alvo da educação especial possam ter acesso aos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade, como os outros alunos.

Nesse cenário, destacamos a figura do gestor escolar que é capaz de motivar professores e a equipe escolar a práticas e metodologias que garantem a aprendizagem dos alunos com deficiência e de ser um mediador entre as necessidades da comunidade escolar e as políticas do Estado. Mas, para que isso aconteça, é necessário que o gestor escolar tenha autonomia de atuação, o que concluímos que só é possível quando o mesmo é integrado à escola através de um processo democrático.

Silva (2018) nos apresenta duas propostas para fortalecer a equipe escolar pautada em uma gestão democrática:

Reelaboração do Projeto Político-Pedagógico centrado na educação inclusiva e numa gestão democrática; formar e manter um cronograma de capacitação em serviço da equipe escolar, visando o aprimoramento técnico e social sobre temas relacionados à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais e gestão democrática (p. 84).

Para Drago (2011) o Projeto Político-Pedagógico de uma escola deve buscar uma identidade da mesma e de seu projeto de ensino, possibilitando à comunidade escolar vivenciar o processo e participar do seu nascimento, execução, avaliação, significação e ressignificação no âmbito da comunidade escolar, pensando a organização da ação educativa e seus sujeitos a partir de uma proposta pedagógica que tem fundamentos políticos, sociais, antropológicos e psicológicos

de uma escola.

Sendo assim, o mesmo autor nos diz que ao elaborar/ reelaborar o PPP de uma escola, é necessário “pensar a concretização de um ensino de excelência e qualidade, com garantia de acesso aos bens culturais e permanência, com prazer, na escola por tempo determinado” (DRAGO, 2011, p.5).

Portanto, ao se pensar uma educação para todos que tem como objetivo a valorização da diversidade e individualidade de cada sujeito, a escola deve pensar

urgentemente em mudanças na organização pedagógica das escolas/instituições de ensino, uma maior integração entre as áreas do conhecimento, reestruturação metodológica e das propostas de ensino, uma avaliação da aprendizagem fundamentada em objetivos claros e concretos a partir das conquistas pessoais de cada aluno, garantia de atendimento educacional especializado, dentre uma série de outros princípios éticos, estéticos e intelectuais – que serão retomados mais adiante, e que nada mais são do que a garantia de um direito constante na legislação brasileira em todas as suas esferas administrativas – federal, estadual e municipal (DRAGO, 2011, p.6).

Dessa forma, o PPP deve ser “uma porta que se abre ao debate acerca da diversidade e das práticas educacionais que visam ressignificar a escola em todos os seus aspectos, reconhecendo seus sujeitos e as contribuições que cada um tem para a democratização da educação, assim como de seus saberes e fazeres cotidianos” (RODRIGUES; DRAGO, 2008 *apud* DRAGO, 2011, p.7).

O ideal democrático requer cidadãos atentos à evolução da coisa pública, informados dos acontecimentos políticos, dos principais problemas, capazes de escolher entre as diversas alternativas apresentadas pelas forças políticas e fortemente interessados em formas diretas ou indiretas de participação. Daí surge um importante papel da educação que consiste em preservar e cultivar a emancipação contra os riscos de manipulação.

Apple e Beane (1997) falam de democracia como um movimento em construção que resulta de tentativas explícitas de educadores para pôr em prática acordos e oportunidades que darão vida à democracia. Esses acordos e oportunidades envolvem duas linhas de trabalho: criar estruturas e processos democráticos, por meio dos quais a vida escolar se realize e um currículo que ofereça experiências democráticas aos jovens.

Ao pensarmos em uma gestão democrática escolar, capaz de promover a emancipação humana dos estudantes, pensamos também em currículo escolar com conteúdos e práticas baseadas na solidariedade e nos valores humanos para a vida humana em sociedade. E, como estratégia, acreditamos no diálogo como forma de reconhecimento da infinita diversidade que existe no outro.

Políticas Públicas Educacionais da Educação Especial

As primeiras ações do governo, em nível nacional, voltadas para as pessoas com deficiência surgiram na década de 50 através de campanhas sob a liderança de instituições privadas em conjunto com o governo federal (MUNIZ e ARRUDA, 2007). Mas, segundo Muniz e Arruda (2007), a educação especial no Brasil, até a década de setenta, esteve sob a responsabilidade quase que total das instituições privadas. Até esse período, a pessoa com deficiência ainda não era contemplada com uma política educacional voltada para o seu atendimento na rede pública de ensino brasileira.

Um documento importante apresentado em 2008 pelo governo federal é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que tem como objetivo constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos. O documento apresenta um diagnóstico da educação especial, estabelece objetivos, define os alunos atendidos pela educação especial e traça diretrizes. Essa política tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2008).

Esse documento apresenta uma perspectiva inclusiva na qual os estudantes com deficiência devem ter acesso ao sistema regular de ensino, que, por sua vez, deve atender às necessidades específicas desses educandos a fim garantir a sua participação e aprendizagem, mas o referido documento não apresenta ações que garantam a materialidade do que é apresentado.

Caminhos alternativos/recursos didáticos para a aprendizagem dos alunos com deficiência visual

Para Vigotski, a deficiência é muito mais cultural e social, do que propriamente biológica, pois através do processo de mediação realizada pelo professor, bem como

a interação e o acesso aos recursos culturais, o aluno com deficiência pode desenvolver-se da mesma forma que os outros alunos. Sendo a tese central do autor, que os caminhos alternativos podem ser possibilitados, criados pela cultura, quando o caminho direto está impossibilitado. “O desenvolvimento cultural seria, assim, a principal esfera em que é possível compensar a deficiência” (VIGOTSKI, 2011, p. 863). Em relação ao aluno com deficiência visual, o mesmo autor apresenta uma contribuição imensurável para a escolarização dos alunos com deficiência. Ele nos diz que

¹el niño ciego o sordo puede lograr en el desarrollo lo mismo que el normal, pero los niños con defecto lo logran de distinto modo, por un camino distinto, con otros medios, y para el pedagogo es importante conocer la peculiaridad del camino por el cual debe conducir al niño (Vygotski, 1997, p. 17).

O aluno com deficiência visual é capaz de aprender, como os demais alunos, através dos caminhos alternativos. Quando nos referimos aos alunos com deficiência visual, um fato de extrema relevância é que o acompanhamento pedagógico desse indivíduo deve se dar da mesma forma que os demais alunos da sala de aula em que está matriculado. Ressaltando que, para que esse aluno possa ter acesso ao conteúdo, é necessário que sejam realizadas ampliações e delimitações de caminhos alternativos que garantam o acesso desse aluno ao currículo escolar.

A legislação brasileira, a partir do Decreto nº 5.296/2004, define as ajudas técnicas como “produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologias adaptados [...] projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida” (art. 8º, inciso V).

1 A criança cega ou surda pode alcançar o mesmo desenvolvimento que a normal, mas as crianças com defeito o alcançam de maneira diferente, por um caminho diferente, por outros meios, e para o pedagogo (professor) é importante conhecer a peculiaridade do caminho pelo qual deve liderar a criança (tradução livre).

5. DESENVOLVIMENTO DO CURSO

METODOLOGIA

A proposta da formação constitui-se em um curso de extensão sobre Gestão Escolar, com uma carga horária total de 40 horas, distribuídas em 7 aulas presenciais, com duração de 3h cada e 19h de atividades não-presenciais, em que será elaborado o Trabalho de Conclusão de Curso. O curso será destinado aos gestores escolares, membros dos Conselhos de Escola e futuros gestores escolares do município de Colatina.

O Trabalho de Conclusão de Curso consistirá na análise e reconstrução dos pressupostos filosóficos do PPP das escolas, numa perspectiva de garantir a participação de toda a comunidade e elucidar a visão que a escola tem em relação à Educação Especial, numa perspectiva inclusiva.

O curso contará ainda com aulas teóricas e aulas práticas, com demonstração e utilização de recursos utilizados para a escolarização dos alunos com deficiência visual. Durante as aulas, serão realizados debates, estudos de casos e textos, de modo a enriquecer ao máximo as discussões e promover a reflexão da comunidade escolar acerca da deficiência visual e do atendimento educacional do seu público-alvo, nos pressupostos de uma educação inclusiva.

As temáticas do curso foram construídas em torno da escolarização dos alunos com deficiência visual e serão elencadas a partir da observação da prática de gestores escolares de duas escolas que atendem alunos com deficiência visual. A partir da observação das reais necessidades e desafios do cotidiano foram elencadas as seguintes temáticas que constituirão conteúdos do curso de formação:

Durante a realização das aulas teóricas do curso, serão oferecidos conhecimentos dos seguintes eixos:

- Gestão Democrática;
- Deficiência Visual;
- Políticas Educacionais;
- Caminhos Alternativos para a escolarização do aluno com Deficiência Visual.

Os Conteúdos serão assim divididos:

- **Gestão Democrática e Educação Especial**
- **O Financiamento da Educação Especial no Brasil**
- **Políticas públicas educacionais voltadas aos alunos com deficiência visual**
- **Caminhos alternativos/ recursos didáticos para a aprendizagem dos alunos com deficiência visual**

ORGANIZAÇÃO DOS ENCONTROS

Modulo 1: Apresentação do Curso de Formação

Duração: 1 encontro (3 horas)

- Dinâmica de apresentação dos participantes (Dinâmica do Autorretrato);
- Apresentação dos objetivos do curso;
- Exposição da estrutura do curso;
- Leitura do Cronograma dos encontros;
- Apresentação da proposta de Trabalho de Conclusão;
- Divisão dos Grupos de trabalho;
- Conversa nos grupos.

Material Utilizado:

Dinâmica do autorretrato disponível em: <https://www.slacoaching.com.br/artigos-do-presidente/dinamicas-de-apresentacao-6-exemplos-para-aplicar>

Módulo 2: Gestão Democrática e Educação Especial

Duração: 2 encontros (6 horas)

Aula 1

- Apreciação do vídeo “Princípios básicos da Gestão Democrática”;
- Reflexão coletiva sobre o vídeo;
- Exposição de slides sobre Gestão Escolar e Democracia;
- Apreciação do vídeo “Vitor Henrique Paro - Gestão Escolar Democrática”;
- Debate e reflexão sobre as ideias apresentadas sobre Gestão Escolar e Democracia.

Aula 2

- Apreciação do vídeo “Projeto Político-Pedagógico - Parte 1 e Parte 2”;
- Debate e reflexão acerca dos vídeos;
- Exposição de slides sobre Projeto Político-Pedagógico e suas fundamentações filosóficas;
- Apreciação do vídeo: A Educação Especial e o Projeto Político-Pedagógico
- Debate e reflexão sobre o vídeo;
- Exposição de slides sobre Projeto Político-Pedagógico e Educação Especial.

Material Utilizado:

DRAGO, Rogério. **Projeto Político-Pedagógico e Inclusão escolar**: um diálogo possível. 2011. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0459.pdf>. Acesso em: 14 de jan. 2020.

PARO, V. H. **Administração escolar**: introdução crítica. 15 ed. São Paulo Cortez, 2008.

PARO, V. H.. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. 2 ed. São Paulo: Intermeios, 2018.

POKER, Rosimar Bortolini; TENDOLINI, Eliana Alice. **Implementação da educação inclusiva**: análise do projeto Político-Pedagógico das escolas. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/3709/3469>. Acesso em: 14 de jan. 2020.

SILVA, M. L. et al. **Sala ambiente projeto Político-Pedagógico e a organização do ensino**. Disponível em:

http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/uft/mod/data/view.php?d=151&perpage=10&search=projeto&sort=179&order=ASC&advanced=0&filter=1&f_179=&f_180=&f_181=&u_fn=&u_ln=. Acesso em: 14 de jan. 2020.

Video: **A Educação Especial e o Projeto Político-Pedagógico**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GG5inhWopXQ>

Video: **Princípios básicos da Gestão Democrática**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1iFAXyvm_9w

Video: **Roda de Conversa: Projeto Político-Pedagógico - Parte 1**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zXH9_2ojgng.

Video: **Roda de Conversa: Projeto Político-Pedagógico - Parte 2**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JXPe8jkIBTA>.

Video: **Vitor Henrique Paro - Gestão Escolar Democrática - Resumo da**

entrevista. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-TG1rfDVq_A.

Módulo 3: O financiamento da Educação Especial no Brasil

Duração: 1 encontro (3 horas)

- Apreciação do vídeo “Financiamento da educação pública no Brasil - Prof. José Marcelino Rezende Pinto”;
- Apresentação de slides sobre noções fundamentais do financiamento da educação brasileira;
- Apresentação de slides sobre o financiamento da Educação Especial no Brasil;
- Debate e reflexão nos grupos.

Material Utilizado:

FRANÇA, M. G. **Financiamento da educação especial: entre complexas tramas e permanentes contradições.** Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT15-4175.pdf>. Acesso em: 01 de fev. 2020.

PINTO; J. M. R.; ANDRIÃO, T. **Noções Gerais sobre o financiamento da educação no Brasil.** Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/715/71580102.pdf>. Acesso em: 01 de fev. 2020.

PRIETO, Rosângela Gavioli Prieto; GIL, I-Juca-Pirama Camargo. **Gestão das políticas de atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais em municípios paulistas.** Relatório de Pesquisa. São Paulo: Faculdade de Educação – USP, 2011.

SOTO, A. P. O. M. et al. **Financiamento da educação especial no Brasil na arena do público e do privado.** Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/b99e/d4652c277_aca00c4b058ad695008208ad2dd.pdf. Acesso em: 02 de fev. 2020.

Vídeo: **Financiamento da educação pública no Brasil - Prof. José Marcelino Rezende Pinto.** Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=l2D2GU_H1Ys

Módulo 4: Políticas públicas educacionais voltadas aos alunos com deficiência visual

Duração: 1 encontro (3 horas)

- Apresentação de slides sobre Políticas Públicas Educacionais brasileiras (origem e atualidade);
- Apresentação de slides sobre Políticas Públicas educacionais da Educação Especial (ênfase no atendimento aos alunos com deficiência visual);

- Debate e reflexão nos grupos.

Material Utilizado:

BAPTTISTA, Claudio Roberto. **Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S1517-97022019000100407. Acesso: 27 jan. 2020.

CARVALHO, Merislandia Paulo da Silva. **Deficiência visual : da política educacional à organização escolar**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Vitória, 2016.

MAZZARO, J. L. **Políticas públicas para inclusão educacional: o professor e o aluno com baixa visão**. Disponível em: http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambiente_educacao/article/view/588/553. Acesso em: 20 de jan. 2020.

MELO, Douglas Christian Ferrari de. **Entre a luta e o direito: políticas públicas de inclusão escolar de pessoas com deficiência visual**. 2016. 265 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Vitória, 2016.

SANTOS, M. **A abordagem das políticas públicas educacionais para além da relação estado e sociedade**. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2046/147>. Acesso em: 03 de fev. 2020.

Módulo 5: Caminhos alternativos/recursos didáticos para a aprendizagem dos alunos com deficiência visual

Duração: 1 encontro (3 horas)

- Apreciação do vídeo “Menina cega cantando Wrecking Ball - Miley Cyrus”
- Apresentação de noções básicas sobre Defectologia em Vigotski (Caminhos alternativos)
- Apreciação do vídeo “Recursos para pessoas com deficiência visual- Programa Especial”;
- Apresentação de recursos e estratégias contidas no programa de formação “Saberes e práticas de inclusão desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão”;
- Debate e reflexão nos grupos sobre possíveis alternativas que as escolas podem adotar em relação à escolarização dos alunos com deficiência visual.

Material Utilizado:

SEESP/MEC. **Saberes e práticas de inclusão:** desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

Video: **Menina cega cantando Wrecking Ball - Miley Cyrus.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xl4NYce56Yg>

Video: **Recursos para pessoas com deficiência visual** - Programa Especial. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ENh1NNpr-00>.

VYGOTSKI, L. S. **A Defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal.** *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-9797022011000400012&script=sci_arttext. Acesso em: 01 de out. 2019.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas V:** Fundamentos da Defectologia. Madrid: Visor, 1997.

Módulo 6: Apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso

Duração: 1 encontro (3 horas)

- Seminário de apresentação dos Projetos Políticos Pedagógicos revisados pelos cursistas;
- Mensagem de encerramento;
- Confraternização.

MECANISMOS GERENCIAIS DE EXECUÇÃO MULTI-INSTITUCIONAL

De modo a promover uma ação multi-institucional, o curso contará com a colaboração dos gestores escolares, professores, comunidade escolar e Secretaria Municipal de Educação de Colatina.

RESULTADOS ESPERADOS

O resultado esperado com a realização do curso é formar gestores escolares engajados e comprometidos com a escolarização de alunos com deficiência visual, dispostos a se aprofundar nos conhecimentos da educação de pessoas com deficiência visual e capazes de participar e contribuir com o processo educativo desse público-alvo.

PRODUTOS ESPERADOS

Reelaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas envolvidas na formação, transformando-os em ferramentas para gestores escolares e professores no processo de escolarização dos alunos com deficiência visual.

ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO

Através da parceria com a Secretaria Municipal de Colatina, serão enviados e-mails para as escolas, a fim de convidar a equipe escolar. Serão confeccionados cartazes para serem expostos nas escolas, bem como a divulgação via redes sociais (Facebook, Whatsapp).

INFRA-ESTRUTURA DISPONÍVEL:

Escolas da rede municipal de ensino de Colatina

IMPACTOS ECONÔMICO-SOCIAIS, CIENTÍFICO-TECNOLÓGICOS E/OU AMBIENTAIS

Com o curso, espera-se que, a médio e longo prazo, os gestores escolares, professores e a comunidade escolar possam envolver-se no processo de escolarização dos alunos com deficiência visual de maneira a contribuir com a emancipação humana desse público-alvo.

REFERÊNCIAS

APPLE, M., BEANE, James. (Org.). **Escolas democráticas**. São Paulo :Cortez, 1997.

BRASIL. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-5122014&Itemid=30192. Acesso em: 02 de nov. 2018.

DRAGO, Rogério. **Projeto Político-Pedagógico e Inclusão escolar: um diálogo possível**. 2011. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0459.pdf>. Acesso: 31 mar. 2019

QEDU. Fundação MUNIZ, E. P.; ARRUDA, E. E. de. **Políticas públicas educacionais e organismos internacionais: influência na trajetória da Educação Especial brasileira**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 28, p. 258-277, dez. 2007.

Lemann E Meritt. **Pessoas da Comunidade Escolar: Brasil**. Disponível: <https://QEDU.org.br/brasil/pessoas/diretor>. Acesso em: 02 de jan. 2019.

SILVA, Cláudio Lopes da. **Educação inclusiva e os desafios da equipe gestora de uma escola regular de ensino**. 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de pós-graduação profissional em gestão e avaliação da educação pública, Centro De Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

VIGOTSKI, L. S. **A Defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-9797022011000400012&script=sci_arttext. Acesso em: 01 de out. 2019.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas V: Fundamentos da Defectologia**. Madrid: Visor, 1997.